

## A LUDICIDADE COMO UM RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo teve como objetivo pensar a utilização da ludicidade na Educação Infantil, visando o desenvolvimento integral das crianças. Os objetivos específicos, por sua vez, estão voltados a descrever o que se pode fazer e como melhorar a prática das atividades lúdicas; definir o que é realmente uma atividade lúdica e, por fim, pensar a importância do planejamento no processo de ensino na Educação Infantil, usando a ludicidade. No que diz respeito ao referencial teórico, autores como: Kishimoto (2003), Maluf (2005), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e Vigotski (2002) foram fundamentais para entendermos melhor a problemática desta pesquisa. Essa se constituiu em refletir sobre o que se entende por lúdico e como utilizá-lo na Educação Infantil como recurso pedagógico. Na busca por responder à referida problemática, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de leituras dos autores acima mencionados, dentre outros. Ao final, verificou-se que o lúdico tem sido um caminho eficaz para trabalhar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças em vários níveis do ensino.

**Palavras-chave:** Ludicidade. Desenvolvimento integral da criança. Educação Infantil.

## LUDUDICITY AS A PEDAGOGICAL RESOURCE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

**Abstract:** The purpose of this article was to consider the use of playfulness in Child Education, aiming at the integral development of children. The specific objectives, in turn, are aimed at describing what can be done and how to improve the practice of play activities; to define what is really a playful activity and, finally, to think about the importance of planning in the teaching process in Early Childhood Education, using playfulness. As regards the theoretical reference, authors such as: Kishimoto (2003), Maluf (2005), the National Curriculum Framework for Early Childhood Education (1998) and Vigotski (2002) were fundamental to better understand the problematic of this research. This was reflected in what is understood as playful and how to use it in Early Childhood Education as a pedagogical resource. In the search for answering said problematic, a bibliographical research was carried out through readings of the mentioned authors, among others. In the end, it has been found that play has been an effective way to work on the development and learning of children at various levels of education.

**Keywords:** Ludicity. Integral development of the child. Child education.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com pesquisa na área de moda, consumo, vestimenta e mulher, distinção e identificação social. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte com estudos na área de consumo de moda, gênero, mulher e vestimenta. Graduada em Pedagogia pela Alfamérica Faculdade, com estudos na área da ludicidade no ensino de crianças da Educação Infantil. Professora convidada da Universidade Estadual Vale do Acaraú/RN, no curso de Pedagogia, desde março de 2014. E-mail: [gilcordecanela@hotmail.com](mailto:gilcordecanela@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objetivo principal estudar a utilização da ludicidade na Educação Infantil como um recurso pedagógico, visando o desenvolvimento integral da criança. Os objetivos específicos, por sua vez, estão voltados a pensar o que é possível fazer para melhorar a prática das atividades lúdicas, além de definir o que é realmente uma atividade lúdica e, por fim, pensar o papel do planejamento no processo de ensino usando a ludicidade na Educação Infantil.

O interesse pela temática surgiu a partir das leituras realizadas durante o curso de Pedagogia, além das discussões dos alunos e professores da Educação Infantil, durante as aulas ministradas no curso de Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú, em várias cidades do estado do Rio Grande do Norte.

Na Educação Infantil, a criança é obrigada a adentrar ao espaço escolar e, com isso, ela precisa aprender a lidar com situações novas. A escola representa, nessa fase, uma ruptura da rotina infantil. Sendo assim, o aprender precisa se tornar interessante. Desse modo, é fundamental que os educadores busquem caminhos capazes de facilitar esse processo.

Para tanto, foram feitas leituras de autores como: Kishimoto (2003), Maluf (2005), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (1998), Vigotski (2002), dentre outros. Todos foram fundamentais para entender melhor a problemática desta pesquisa que foi: o que se entende por lúdico e como utilizá-lo na Educação Infantil como recurso pedagógico?

Esses autores, cada um ao seu modo, permitem ter um entendimento mais aprofundado sobre a questão do uso da ludicidade na Educação Infantil. Kishimoto (2003) diz que a criança é um ser que está em processo de interiorização da cultura, por isso precisa participar dos jogos de uma forma livre e criativa. Maluf (2005) defende a ideia de que a criança, ao brincar, concentra-se em seus pensamentos; com isso ela organiza suas ideias e sentidos. O RCNEI (1998), por sua vez, mostra os caminhos e as faixas etárias em que é possível usar uma diversidade de jogos e de brincadeiras capazes de promover o desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Por fim, Vigotski (2002) atribui um relevante papel do ato de brincar na constituição do pensamento. Segundo esse autor, é brincando e jogando que a criança revela seu estado cognitivo com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos.

Nesse sentido, este artigo foi produzido por meio de uma metodologia voltada para as leituras sobre a temática escolhida. Assim, foi possível perceber o quão importante é a utilização da ludicidade no espaço escolar e, principalmente, na Educação Infantil como um caminho para o desenvolvimento integral das crianças.

## **2 A UTILIZAÇÃO DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **2.1 A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

No decorrer da história da educação, várias situações devem ser observadas em relação ao progresso dos espaços escolares. Isso passa, inclusive, por uma transformação no olhar que se tinha e que se passou a ter em relação à criança.

No século XVIII, a ideia de infância começa a ser discutida. Rousseau (1995) começa a discordar de que as crianças fossem pequenos adultos. Esse filósofo desperta o pensamento pedagógico da época em prol de uma compreensão educativa frente às luzes da razão e, distanciando-se, dessa forma, da obscuridade religiosa. Segundo sua concepção, o homem deve ser educado para si mesmo, capaz de, no final da educação, independente do que vier a ser, tornar-se um membro da sociedade em que vive.

Segundo Aranha (1996), Rousseau foi o primeiro a perceber claramente a diferença entre a mente da criança e a do adulto. Esse autor esboça a importância de respeitar e conhecer as peculiaridades da criança, não a considerando um adulto em miniatura. Nas palavras de Luzuriaga, "procuram sempre o homem no menino, sem cuidar no que ele é antes de ser homem" (2001, p. 166).

Pestalozzi (1983 apud INCONTRI, 1997), por sua vez, em suas ideias, enfocava a realidade das crianças pobres, enunciando uma educação capaz de atender a todas as necessidades do povo, no sentido de oferecer, além do caráter beneficente, ações educativas em prol do desenvolvimento do espírito social do sujeito. Além disso, seu pensamento despertou preocupações que, até então, no século XVIII, permaneciam ocultas em meio às transformações da época. Todavia, no século XIX, esse olhar do autor veio exercer definitiva influência educacional, alargando a importância da função social do ensino e as contribuições sociais que o educador pode oferecer às crianças da escola pública.

Na educação brasileira, os jesuítas foram os primeiros a ensinar, mas de forma tradicional. Apenas quando eles foram expulsos do Brasil, o Estado passa a ser responsável pelo processo educacional, colocando, pela primeira vez, professores pagos pelo governo. Entretanto, ainda não era estendido a todos o direito à escola. Apenas os filhos dos fazendeiros, farmacêuticos, senhores de engenho, militares e outras autoridades tinham esse direito garantido. O restante se destinava à agricultura e a vários outros trabalhos que não exigiam formação. As meninas, por sua vez, eram educadas pelas mães, sendo apenas treinadas nas prendas domésticas.

Como relata Ribeiro (2000, p. 81),

no século XVI, na própria metrópole não havia escolas para meninas. Educava-se em casa. As portuguesas eram, na sua maioria, analfabetas. Mesmo as mulheres que viviam na Corte possuíam pouca leitura, destinada apenas ao livro de rezas. Por que então oferecer educação para mulheres 'selvagens', em uma colônia tão distante e que só existia para o lucro português?

Assim, no período colonial, as mulheres tiveram acesso restrito à escolarização. Por volta de 1827, no Brasil, foi promulgada a lei geral de ensino e criadas escolas nas vilas e cidades com salas de aula também para meninas. Contudo, o método de ensino/aprendizagem baseava-se no repassar do conhecimento aos alunos. Isso perdurou por muito tempo.

Dando um salto na história, no ano de 1961, em 20 de dezembro, a Lei nº 4.024 reconhece e fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. De acordo com essa Lei, que só passou a vigorar a partir de 1962, ficaria o poder público obrigado a assegurar o direito à educação a todos os brasileiros.

Todavia, no que se refere à história da Educação Infantil essa é, relativamente, recente no Brasil. Apenas, nas últimas décadas, o atendimento à criança menor de seis anos tornou-se obrigatório. Isso se deu, em grande medida, devido às demandas crescentes que decorreram da inserção da mulher no mercado de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) estabeleceu a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), assim como afirmam as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, delineando diretrizes voltadas a esse nível de ensino.

Ainda hoje, as creches e pré-escolas buscam uma ação educativa que englobe tanto os cuidados com as crianças, quanto a sua educação. De acordo com o RCNEI (1998, p. 21), a criança

[...] é um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar seu ambiente. Ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação, as crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais, com diferentes crianças e adultos, cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.

O atendimento à criança de zero a seis anos só foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, e as escolas de Educação Infantil (creches e pré-escolas) passaram a ser, do ponto de vista legal, dever do estado e direito da criança. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (1990) destaca esses direitos.

É muito importante na Educação Infantil a clareza dos objetivos referentes ao desenvolvimento das crianças nas diferentes fases, pois é nesse nível, que a criança começa a trabalhar suas habilidades, hábitos, atitudes e atividades psicomotoras que vão preparando-a física e mentalmente num grau crescente, que deve ser aperfeiçoado, à medida que a criança cresce e se desenvolve.

Dessa forma, as novas DCNEIs (2010, p. 16) trazem que a função sociopolítica e pedagógica das unidades de Educação Infantil devem

Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; possibilitar a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; promover a igualdade de oportunidades educacionais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Sendo assim, os processos de ensino/aprendizagem na Educação Infantil devem ser concebidos mediante o pensar da criança, dando oportunidade a ela de expor suas ideias, suas vivências, seus sentimentos. Portanto, todos os níveis da Educação Infantil requerem atenção, cuidado e muita dedicação, pois esses são a base para a construção do conhecimento, o início da vida escolar, momento único para as crianças. Nessa fase, tudo o que é construído é levado para toda a vida.

Os processos de aprendizagem ocorridos na Educação Infantil são diversos. No entanto, todos pressupõem objetivos que fornecem possibilidades de tornarem os alunos aptos a viverem em uma sociedade democrática, multidiversificada e em constantes mudanças.

Portanto, pode-se afirmar que a vivência com outras crianças e adultos, nos centros de Educação Infantil, é importante para o desenvolvimento infantil, pois provoca novas experiências e permite que a criança adquira novos hábitos, atitudes, valores e também, a diversidade das linguagens com quem interagem.

Nesse contexto, o processo de aprendizagem, intrínseco à criança, é concebido a partir das experiências vividas nas práticas sociais de convívio e interação. E ela traz para a escola o conjunto de conhecimentos que já experimentou nos primeiros anos de sua vida. Inclusive, o educador deve observar esses conhecimentos trazidos pelos educandos para que as experiências deles possam ser valorizadas dentro do ambiente escolar.

De acordo com o RCNEI (1998, p. 30), é preciso enfatizar que,

a intervenção do professor é necessária para que, na instituição de Educação Infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e idéias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc.

Desse modo, o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como, a diversidade de hábitos, costumes, valores e crenças. Para isso, o processo interativo, na Educação Infantil, precisa seguir caminhos específicos: uma linguagem apropriada para a idade dos estudantes, desde as situações de adaptação, até o suprir as necessidades de desenvolvimento das habilidades infantis próprias da idade.

Segundo o RCNEI (1998, p. 14),

[...] a educação assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelece com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

Por conseguinte, neste trabalho, o principal objetivo é pensar a utilização das atividades lúdicas como instrumento de ensino e desenvolvimento das habilidades infantis dos alunos da Educação Infantil.

## 2.2 ATIVIDADES LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme o RCNEI (1988, p. 23),

na instituição de Educação Infantil, pode-se oferecer as crianças condição para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Portanto, esse documento defende o uso de práticas que possam dar condições aos discentes de se sentirem seguros para possibilitar experiências instigantes, momentos de descobertas. Com efeito, é possível dizer que as aprendizagens que ocorrem durante o desenvolvimento da criança são construídas durante as interações, por isso é fundamental a mediação e interação com um adulto, nesse caso, o professor.

Ainda, de acordo com o RCNEI (1998, p. 31),

[...] cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a auto-estima.

Nesse contexto, os educandos têm, no ambiente escolar, um espaço que favorece a promoção da consecução de suas habilidades, como defende o RCNEI (1998, p. 69):

O espaço na Instituição de Educação Infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito a modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas.

Diante disso, salienta-se que a aprendizagem infantil se sustenta na promoção da imaginação que é proporcionada pela atividade lúdica, pois o brincar ajuda a produzir, reproduzir, criar e recriar momentos do cotidiano da criança, ajudando-a a alcançar progresso em seu desenvolvimento.

Conforme Seber (1999, p. 58),

em virtude desses progressos no nível de representações interiores, o brincar reflete uma etapa superior de elaboração. A criança brincando por tempo mais prolongado e ajustado suas ações aos pormenores vividos no cotidiano, faz seu pensamento evoluir cada vez mais.

Faz-se necessária uma conceituação do que significa ludicidade, pois há uma diversidade de descrições sobre esse termo, algumas até confusas e restritivas. Destarte, chama-se a atenção para um aspecto importante. Não é necessário que haja brinquedos em sala de aula para que se possa realizar uma aula lúdica. Ludicidade está diretamente relacionada com a atitude do professor, seu envolvimento com a construção do conhecimento dos discentes. Assim, é preciso que se supere o olhar do lúdico apenas como sinônimo de jogos e brincadeiras. Se o educador proporciona momentos de prazer e entrega dos estudantes, situações de integração em que todos estão envolvidos em prol da consecução de algo, isso é sem dúvida uma aula lúdica.

Essas situações promovem experiências que trabalham a imaginação dos educandos, o gosto pelo aprender, a abertura para a participação em atividades, entre outras coisas. Portanto, nas atividades lúdicas, o foco não deve ser apenas o produto, mas toda a experiência vivida pelos estudantes. Ao planejar uma experiência lúdica, o educador deve pensar em seus objetivos, mas também valorizar o momento vivido pelos discentes, a movimentação de cada criança, a compreensão e a interpretação das situações apresentadas pelo professor.

Chateau (1987, p. 4) menciona que,

o significado da atividade lúdica na vida da criança pode ser compreendida quando se considera a totalidade dos aspectos envolvidos: preparação para a vida, prazer de atuar livremente, possibilidade de repetir experiências, realização simbólica de desejos.

Por conseguinte, esses momentos valorizam a criatividade, pois fazem com que as crianças ajam de forma espontânea e expressem seus sentimentos e aprendizagens. Por esse motivo, a ludicidade precisa estar na Educação Infantil, mas não para ocupar o tempo, ou seja, quando o professor ultrapassa o tempo de seu planejamento. O lúdico é indispensável no ensino e aprendizagem das crianças dessa faixa etária para desenvolver a intelectualidade, a autoconfiança, a curiosidade, a imaginação, a emoção, os sentimentos, a motricidade, entre outras habilidades próprias da infância.

Assim, salienta-se que uma sala de aula com ludicidade é um ambiente capaz de acolher as atitudes espontâneas dos educandos, visando o desenvolvimento da criatividade. Contudo, o sentido da ludicidade para se completar precisa da participação do docente com seu planejamento.

Nas palavras de Almeida (2000, p. 63),



o sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantido se o educador estiver preparado para realizá-lo. Nada será feito se ele não tiver um profundo conhecimento sobre os fundamentos essenciais da educação lúdica, condições suficientes para socializar o conhecimento e predisposição para levar isso adiante.

Portanto, as atividades lúdicas não se resumem ao uso de jogos, mas a uma postura do professor. Um tratamento diferenciado para o ato de ensinar, uma fuga do que é, convenientemente, esperado: uma experimentação constante.

De acordo com Maluf (2005), os estudos têm demonstrado que as atividades lúdicas são importantes, pois proporcionam o desenvolvimento de habilidades específicas das crianças como: o físico, o motor, o emocional, o cognitivo e o social. Essa autora ainda acrescenta que, com as práticas lúdicas, a criança se expressa, assimila conhecimentos e constrói a sua realidade, além de espelhar a sua experiência, modificando a realidade de acordo com seus gostos e interesses.

Constata-se que, por meio das experiências lúdicas, os indivíduos podem resolver desafios e questões, a fim de que possam conhecer, experimentar, aprender, vivenciar, expor emoções, colocar-se diante de conflitos, interagindo consigo mesmo e com os outros.

Dessa maneira, na ludicidade, a criança representa o mundo em que está inserida. Porém, a prática lúdica não pode ser descontextualizada, tem que ser algo planejado com objetivos claros. Sendo assim, seu caráter divertido se torna fonte de aprendizagem.

Portanto, salienta-se que metodologias que não promovam motivação em direção ao aprendizado devem ser afastadas do contexto escolar. Isso não significa que esses métodos serão totalmente excluídos da escola, contudo o professor tem a escolha de abandoná-los em prol de caminhos mais dinâmicos e eficazes. Nesse sentido, os educadores devem prezar por atividades concretas para fazer com que os estudantes partam para o abstrato, sempre de uma forma divertida e produtora.

Macedo, Petty e Passos (2005, p. 121) enfatizam que,

do ponto de vista teórico, possibilita-nos compreender os processos e estruturas psicológicas graças às quais o ser humano produz conhecimento; do ponto de vista prático, possibilita-nos analisar criticamente as situações que são mais favoráveis para isso. Jogos regras e de construção são essencialmente férteis o sentido de criarem um contexto de observação e diálogo, dentro dos limites da criança, sobre processos de pensar e construir conhecimentos.

Os métodos educacionais sempre foram questões pensadas e discutidas entre os educadores, pois o dia a dia na escola oferece muitos obstáculos a serem superados pelos

docentes. Contudo, os professores enfrentam muitos problemas em mudar os seus paradigmas, principalmente quando o assunto é planejar aulas incentivadoras.

Nesse contexto, o brincar, de uma forma geral, é parte do ambiente natural da criança, ao passo que as referências abstratas e remotas não correspondem aos seus interesses. O pensador norte-americano, Dewey (1952), afirma que somente no seu ambiente natural é que a criança poderá ter um desenvolvimento seguro.

Em todas as disciplinas escolares é possível utilizar atividades como jogos, brincadeiras, contações de histórias, fantoches, entre outras, para auxiliar no processo de aprendizagem da criança. A diversão leva as crianças a vivenciarem diversas experiências que propiciam a interação com o outro, permitem organizar o pensamento, tomar decisões e ampliar a produção de conhecimentos.

Essa discussão nos leva a inferir que, os professores precisam deixar de usar a ludicidade apenas como complemento, introduzindo-a em seus planejamentos diários. Para isso, é necessário que a escola fuja do medo da cobrança dos pais que ainda não compreendem o valor do brincar no processo de aprendizagem.

Conforme Padilha (2001, p. 68),

planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

O planejamento é essencial para a consecução dos objetivos almejados em sala de aula. Sendo assim, esse é um caminho que permite aperfeiçoar o alcance das metas. Planejar está ligado à preparação, à organização e à estruturação de um determinado caminho. Para isso, decisões são tomadas, tarefas são executadas. Isso demonstra interesse de prever e organizar ações e processos que vão acontecer no futuro, aumentando a sua racionalidade e eficácia.

O ideal é trabalhar os três níveis de planos: o plano da escola<sup>2</sup>, o plano de ensino<sup>3</sup> e o plano de aulas<sup>4</sup> de forma interligada, utilizando estratégias dinâmicas e divertidas, de modo a

---

<sup>2</sup>O plano da escola é um documento mais-genérico, visto que expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações da escola com o sistema escolar mais amplo e, de outro, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos.

<sup>3</sup>O plano de ensino (ou plano de unidade) é a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para o ano ou semestre. Contempla um documento mais elaborado, dividido por unidades sequenciais, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimentos metodológicos.

despertar o interesse e a integração da turma, vindo ao encontro do atendimento, de forma singular, às necessidades dos educandos, com o uso de mecanismos próprios e outros recursos didáticos que estão à disposição do educador no seu campo de trabalho.

Sobre isso, conforme Turra et al (1995, p. 18),

o professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender, em classe, seus alunos. Pelo envolvimento no processo ensino-aprendizagem ele deve estimular a participação do aluno, a fim de que possa, realmente, efetuar uma aprendizagem tão significativa quanto suas possibilidades. O planejamento, neste caso, envolve a previsão de resultados desejáveis, assim como também os meios para alcançá-los. A responsabilidade do mestre é imensa, grande parte da eficácia de seu ensino depende da organização, coerência e flexibilidade de seu planejamento.

Mas, antes do planejamento, o educador precisa verificar as dificuldades dos alunos para saber como poderá ajudá-los. Por conseguinte, o planejamento potencializa as chances de acerto e a objetividade de avaliação dos procedimentos adotados.

A ludicidade ainda proporciona o ensino/aprendizagem de forma interdisciplinar e significativa, pois o estudante, ao vivenciar as atividades organizadas pelo professor, experimenta também a própria realidade social da qual é parte.

Sobre a interdisciplinaridade, Alves e Garcia (2001, p. 27) apontam que corresponde a

[...] uma consciência da necessidade de um inter-relacionamento explícito e direto entre as disciplinas todas. Em outras palavras, a interdisciplinaridade é a tentativa de superação de um processo histórico de abstração do conhecimento que culmina com a total desarticulação do saber que nossos estudantes (e também nós, professores) têm o desprazer de experimentar.

Para tanto, os conteúdos devem ser apresentados de forma articulada, assim, professor e aluno não precisarão separar cada disciplina, cada área do saber. Tudo é estudado de uma maneira em que seja permitida a construção de sentido. A interdisciplinaridade também deve ser pensada a partir da valorização da relação professor/aluno. Quando o educador planeja algo de forma interdisciplinar, ele tem a oportunidade de privilegiar os interesses gerais dos discentes, estabelecendo uma maior interação e/ou aproximação entre os participantes da relação educativa. O seu olhar em relação aos alunos funcionará como uma técnica de diagnóstico. Portanto, o docente tem como verificar os gostos dos educandos e trazer diferentes conteúdos e formas de tratá-los.

---

<sup>4</sup>O plano de aula é a previsão do desenvolvimento do conteúdo para uma aula ou conjunto de aulas e tem um caráter específico (LIBÂNEO, 2009).

De acordo com Freire (1996, p. 25),

tanto educadores quanto educandos envolvidos numa pesquisa, não serão mais os mesmos. Os resultados devem implicar em mais qualidade de vida, devem ser indicativos de mais cidadania, de mais participação nas decisões da vida cotidiana e da vida social. Devem enfim alimentar o sonho possível e a utopia necessária para uma nova lógica de vida.

Na Educação Infantil, também se pode trabalhar a interdisciplina por meio de estratégias lúdicas, sendo necessário envolver os diferentes eixos de ensino/aprendizagens durante as aulas.

À vista disso, a ludicidade aplicada de forma adequada privilegia a aprendizagem dos discentes, porque proporciona um espaço criativo, alegre e motivador. Nessas experiências, as crianças escutam, observam, experimentam e representam suas vivências.

O educador, por sua vez, precisa planejar, implementar e observar todos os comportamentos e atitudes dos educandos durante a aula, pois, sua avaliação se dá mediante o olhar interpretativo das realizações das crianças, no espaço escolar. Segundo Piaget (1978, p. 81), “a brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa, contribuindo para a interiorização de determinado modelo adulto”. Ou seja, mesmo que a ludicidade não se resume ao brincar, mas as aquisições que essa ferramenta proporciona são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança.

Assim, todas as experiências lúdicas como: brincadeiras, gesticulações, representações, sons, contações favorecem a comunicação da criança com o mundo que a cerca, possibilitando o desenvolvimento e a aprendizagem das habilidades próprias da criança na Educação Infantil.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral, estudar a utilização da ludicidade na Educação Infantil como um recurso pedagógico, pois entende-se que o lúdico é um caminho para o desenvolvimento integral da criança.

Brougère (2002, p. 19) diz que

Brincar é visto como um mecanismo psicológico que garante ao sujeito manter certa distância em relação ao real, fiel na concepção de Freud, que vê no brincar o modelo

do princípio de prazer oposto ao princípio da realidade. Brincar torna-se o arquétipo de toda atividade cultural que, como a arte, não se limita a uma relação simples como o real.

No que diz respeito aos objetivos específicos, esta pesquisa buscou descrever o que se pode fazer e como melhorar a prática das atividades lúdicas; definir o que é realmente uma atividade lúdica e, por fim, pensar a importância do planejamento para uma melhor qualidade do processo de ensino.

Para a consecução desses pontos, foram realizadas várias leituras sobre essa temática da ludicidade, assim como sobre a educação na primeira infância e, sobre a própria ideia de infância ontem e hoje.

Nesse sentido, verificou-se que a ludicidade, em sala de aula, promove interação entre os discentes que estão adentrando a um espaço novo. Os mesmos estão em fase de adaptação a esse novo espaço que se apresenta em suas vidas e, aos poucos esse espaço e a prática educativa farão parte de seu cotidiano. Desse modo, o espaço escolar representa uma ruptura na rotina infantil, sendo importante realizar atividades que possam estimular a criança na adaptação. Portanto, é fundamental que os educadores proporcionem caminhos capazes de facilitar esse processo.

Negrine (1994, p. 19) afirma que

[...] as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Por fim, é possível perceber que esta pesquisa foi bastante satisfatória, pois proporcionou contato com a realidade escolar, mesmo que apenas por meio de leituras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica, técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2000.

ALVES, N.; GARCIA, R. L. (Org.). **O Sentido da Escola**. 3 ed. Rio de Janeiro: D P & A, 2001.

ARANHA, M. L. de. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

**Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm)>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <[http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA\\_2017\\_v05\\_INTERNET.pdf](http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf)>. Acesso em: 28 maio 2018.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 maio de 2018.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BROUGÉRE, G. **Brinquedo e Cultura**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

DEWEY, J. **Como pensamos?** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INCONTRI, Dora. **Pestalozzi: educação e ética**. São Paulo: Scipione, 1997.

KISHIMOTO, T. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **O planejamento escolar**. 2009. Disponível em: <<http://escoladossosnosclaudiaa.blogspot.com.br/2009/07/o-planejamento-escolar.html>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 19 ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001.

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na Aprendizagem Escolar**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MALUF, A. C. M. **A Importância das atividades lúdicas na Educação Infantil**. 2005. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp178.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

**Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

PADILHA, M. I. C. S. **Representações sociais: aspectos teórico-metodológicos**. Passo Fundo (RS): Universidade de Passo Fundo, 2001.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. Tradução por Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SEBER, M. da G. **Psicologia do pré-escolar**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

TURRA, C. M. G. et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 4 ed. Porto Alegre: PUC-EMMA, 1995.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

---

Artigo recebido em: 08/03/2018

Aceito em: 02/04/2018

Publicado em: 25/06/2018

#### **COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT:**

MELO, Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes. A ludicidade como recurso pedagógico na Educação Infantil. **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica, Vitória-ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.

**Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 24, n. 1, p. 29-43, jan./jun. 2018.